

empréstimos compulsórios

↳ Os empréstimos compulsórios são tributos de competência exclusiva da união, e somente podem ser criados mediante lei complementar. Além disso, a instituição de um empréstimo compulsório deve ter como fundamento uma das situações previstas no art. 148 da CF.

importante → mesmo que seja possível a criação de diversos empréstimos compulsórios, a lei complementar que os instituir deverá declarar qual a situação que serviu de base pl a exação.

▷ **REGRA GERAL:** os empréstimos compulsórios são tributos restituíveis em dinheiro, e podem ter base de cálculo cumulado com impostos, ou seja, é possível exigí-los a partir de situações idênticas às que ensejam a cobrança de impostos, o que, por si só, já revela a natureza transitória da figura.

▷ QUAL A LÓGICA DO EMPRÉSTIMO?

A lógica baseia-se na necessidade de a União fazer frente a despesas excepcionais, que não estavam previstas no orçamento.

↳ Ex: em caso de calamidade pública, guerra externa ou sua iminência.

Apenas em situações em que a gravidade e a magnitude da tragédia exijam do poder público grande esforço financeiro, praticamente imediato, pl minimizar os efeitos danosos do fato e atender a todos que foram atingidos.

↳ guerra externa = declaração formal ou ameaça de outro país

art. 148, II, CF → possibilidade de empréstimos compulsórios pl suprir a necessidade de investimento público urgente e de relevante interesse nacional.

art. 15 CTN → essas exigências revelam a natureza provisória dos empréstimos compulsórios, de forma que, na medida em que cessarem os motivos que deram causa à sua instituição, o tributo também deverá deixar de existir, com a restituição dos valores pagos pelos contribuintes.

___/___/___

↳ O STF entendeu que a restituição dos valores arrecadados deve ser feita em dinheiro.